

A última chance

por Manuel Abranches de Soveral

Ganhar as eleições, ainda por cima sem maioria absoluta, num momento como este não é, para qualquer pessoa e partido em seu perfeito juízo, motivo para júbilo nem comemorações.

De um ponto de vista nacional, e na medida em que essa pessoa e esse partido obviamente consideram que as suas ideias e políticas são as que melhor servem o país, a vitória tem esse inegável incentivo patriótico. Mas quatro anos, quer na vida de um jovem líder político quer sobretudo na vida de um partido, passam bem depressa e podem ter custos imensos no futuro se não forem aproveitados da melhor forma.

Passos Coelho tem a imensa vantagem de nunca ter estado num governo e de nem sequer ter ocupado qualquer alto cargo na máquina do Estado. Esta virgindade, a que alguns chamam inexperiência, pode ser o seu maior trunfo ou o seu pior defeito, consoante seja por ele assumida como uma vantagem e sirva para quebrar totalmente com as práticas, mentalidades e hábitos do passado, ou seja encarada como uma desvantagem que precisa de um ou vários tutores que a contrabalancem e encarreirem no mesmíssimo ramerrame do passado.

A questão, portanto, está em saber se Passos Coelho tem a inteligência e a personalidade suficientes para romper com o *status quo* e instaurar em Portugal uma nova governação e um novo Estado, completamente diferentes destes que se arrastam na agonia da ineficiência, da fantasia, da corrupção e, portanto, da bancarrota.

Já sabemos que Passos Coelho não tem maioria absoluta e que portanto tem que consertar esta revolução com um partido que sobretudo se caracteriza pelo populismo do seu líder. Mas também sabemos que os eleitores do CDS, na sua maioria, querem essa revolução, pelo que Paulo Portas tem aqui pouco campo de manobra. O grande obstáculo à mudança em Portugal é a Constituição socialista/comunista que nos rege, absolutamente anacrónica. Se Passos Coelho não quiser desbaratar estes quatro anos de legislatura, tem de resolver este empecilho. O que não é fácil, porque a nova liderança do PS, seja ela qual for, sabe isto mesmo e não lhe vai dar de

bandeja um sucesso assegurado, que porventura arrumaria de vez os socialistas para uma oposição cronicamente minoritária.

É certo que o PS está amarrado ao acordo que assinou com a UE/FMI e alguma coisa terá de aceitar mudar na Constituição para o viabilizar. Mas isso não será suficiente. Também é certo que a nossa Constituição é, do ponto de vista jurídico, muito ordinária, como ordinários eram os deputados constituintes, e muito do que instituiu fica dependente da interpretação que se queira fazer, como a prática tem demonstrado. Assim, uma das formas indirectas de resolver parcialmente o problema é mudar o Tribunal Constitucional.

Mas, do ponto de vista político essencial, Passos Coelho tem de eleger de imediato a Constituição como o principal bloqueio ao desenvolvimento do país e à sua saída do buraco em que se encontra, pressionando desde já a opinião pública para a necessidade de uma Constituição ideologicamente neutra. E assim colocando o PS no centro desta polémica. Desta forma, o PSD não só lidera o debate político de fundo como o centra na verdadeira questão que mais importa ao país e que, na prática, mais o pode separar do PS.

A outra grande questão que Passos Coelho tem para resolver é a da Comunicação Social. Portugal não tem uma Comunicação Social nem livre, nem isenta, nem competente. E como jornalista que sou estou em perfeitas condições para o afirmar.

Reconheço que não é fácil. E sobretudo desaconselho por completo a tentação de tentar substituir a actual máquina partidária que o PS e a extrema esquerda montou na Comunicação Social por uma máquina partidária de sinal contrário. Seria cair no mesmo erro, com resultados porventura desastrosos, sendo que nada garantia que a incompetência não se manteria.

Nestas coisas, uma vez dizimada a massa crítica interna de independência e competência, é muito difícil reconstituí-la. São precisos anos e muita perseverança. Mas, sobretudo, é preciso começar; fazendo o Governo aquilo que está ao seu alcance: criar as condições para que as coisas se desenvolvam no sentido correcto e eliminar as condições que permitem as perversidades.

Desde logo, o Governo deve rodear-se de verdadeiros especialistas em Comunicação Social, e não de meros especialistas em Marketing, que o aconselhem nas medidas e atitudes a tomar. E o protejam das ciladas. E, sobretudo, proibir a concentração da propriedade de órgãos de comunicação social.

A parcialidade e manipulação, mas sobretudo a incompetência da Comunicação Social portuguesa, tem como principal resultado o

altíssimo grau de desinformação e ignorância social dos portugueses em geral, o que baixa significativamente o nível do debate político e pode ser altamente perigoso nos tempos difíceis que se avizinham. Além de ser um imperativo nacional, indispensável para nos tirar deste subdesenvolvimento, em boa parte causado justamente pela péssima Comunicação Social que temos, sobretudo televisiva.

Finalmente, convém dizer aqui uma palavra sobre a mudança. A ideia de mudança há muito que ganhou em Portugal foros de coisa miraculosa, o que diz muita coisa sobre o longo inverno do nosso descontentamento. Mas de mudança em mudança chegamos onde estamos e também já é velho o aforismo que nos lembra que depois de nós virá quem de nós bom fará...

A mudança, só por si, não é boa nem é má; antes pelo contrário, é tendencialmente perigosa, pois comporta sempre riscos e imprevisibilidades. O ideal é justamente a não-mudança, desde que esteja bem o que está. É por isso que é totalmente despido de sentido associar em Portugal o conservadorismo à direita. O que está em Portugal é basicamente uma construção da esquerda, pelo que só ela pode ser conservadora. O PSD, a quem a Comunicação Social, o PS e a extrema esquerda sabe-se lá porquê chamam de direita, também participou em grande medida na construção do Portugal que somos. A questão está em saber se Passos Coelho, um escorraçado do velho PSD - que Manuela Ferreira Leite nas anteriores eleições nem deixou entrar nas listas para deputados por Vila Real, contra o que queriam as estruturas locais -, enforma ou não um novo PSD.

Na verdade, o PSD do séc. XX, prematuramente órfão de Sá Carneiro, veio a morrer na desistência de Durão Barroso e nos sucessivos desastres subsequentes. O PSD do séc. XXI, renascido nas mãos de Passos Coelho, é ainda uma incógnita, mas se for um regresso ao passado não terá futuro. A mudança, aqui, não é apenas o afastamento de Sócrates e do PS.

Mas mudar por mudar não é nada, em si, e pode ser muito mau, na prática. O que importa é o teor da mudança.

O acordo assinado com a UE/FMI não é um bom acordo, mas apenas o acordo possível dadas as circunstâncias e o estado a que o governo PS deixou chegar o país, que na verdade já vinha num plano inclinado pelo menos há 37 anos. Os *timings* previstos no acordo são curtos, as mudanças estruturais insuficientes e os resultados apontados duvidosos, sobretudo se avaliados na sua sustentabilidade. Sobre tudo isto, acresce que no quadro maior da Europa muitos problemas fundamentais continuam sem solução à vista.

O acordo, portanto, tem de ser visto como uma oportunidade de mudança, não como uma solução. Coisa que Passos Coelho aliás já disse. A questão está em saber se ele tem a lucidez e a força suficientes para começar a cortar a direito, mudando o país de vez, não apenas de forma a cumprir o acordo (e assim satisfazer os imediatos interesses dos nossos credores e fiadores) mas sobretudo de forma a cumprir Portugal, satisfazendo os seus verdadeiros interesses de desenvolvimento.

Uma coisa é certa: as receitas e os paradigmas que nos últimos 40 anos enfraqueceram a Europa estão absolutamente obsoletos e devem ser postos de parte. Portanto, o conservadorismo de esquerda (no qual se inclui o velho PSD) tem que dar vez a uma mudança esclarecida, que na verdade não é de direita (é-o apenas por formal oposição dialéctica face à esquerda, mas nada tem a ver ideologicamente como a antiga direita), mas sobretudo realista e farta das fantasias e ineficiências daqueles que sistematicamente entregam o oposto daquilo que prometem.

Estes próximos quatro anos são verdadeiramente a última oportunidade para Portugal resolver a sua sustentabilidade num quadro democrático. Se Passos Coelho titubear, se não se centrar em mudar o país naquilo que é essencial mudar, com inteligência e determinação, e se a Europa não acordar para a realidade, não creio que em 2015 existam condições para uma coexistência minimamente regrada.

Por isso este não é o tempo nem para experimentalismos nem para concessões, atrasos, conveniências, consensos impossíveis ou choradinhos de político ou de mau pagador. O que tem de ser feito deve sê-lo, rápida e eficazmente. É por isso que para ministro das Finanças devia Passos Coelho chamar homens como Medina Carreira. E para a Economia um grande empresário com provas dadas, por exemplo Belmiro de Azevedo, se conseguisse.

Para a Justiça, o nosso outro grande problema, não devia cair na armadilha de esperar que um ministro pudesse resolver seja o que for. Nunca um ministro resolveu nada no sector (na verdade só piorou) nem nunca o poderá fazer. O problema é multidisciplinar e carece de uma reforma de alto a baixo. Para o efeito devia nomear uma comissão especial, com a tarefa de apresentar essa reforma num curto prazo e depois acompanhar a sua implementação.

A reforma do Estado, propriamente dita, na verdade não pode ser feita com esta Constituição, e aí está justamente o problema da nossa sustentabilidade. O Estado está blindado pela Constituição, e bem podem os portugueses eleger um governo não-socialista por maioria

absoluta, que a Constituição o continua a obrigar a governar com um Estado socialista e com soluções socialistas cronicamente deficitárias. O mais que o Governo pode é vender algumas empresas que o Estado tem. Mas como o mercado obviamente não compra as empresas deficitárias, só lhe resta privatizar as poucas que não o são, afinal as únicas que em rigor não precisava de vender. Portanto, em vez de resolver as questões de fundo, coisa que a Constituição não permite, apenas as adia, com graves prejuízos para o país.

Esta bola de neve deficitária, que a Constituição não deixa derreter, conduz à conhecida espiral do aumento da carga fiscal, por um lado, e à diminuição dos benefícios sociais, por outro. Do ponto de vista lógico, o objectivo seria encontrar uma solução em que a população, na sua dupla qualidade de contribuinte e beneficiário, pudesse contribuir o mínimo possível e beneficiar o mais possível. Numa sociedade inteligente, este devia ser o único critério para aferir a bondade do sistema a utilizar, com maior ou menor ponderação na tabela das contribuições. Na verdade, se todos pagarem a mesma percentagem de impostos, quem ganha mais já paga mais, como é óbvio. Uma tabela que aumenta a percentagem consoante os rendimentos, faz pagar duplamente mais a quem ganha mais. Trata-se de uma opção cujos custos (e perversidades) no crescimento económico estão verdadeiramente por avaliar e que na verdade pode não estar a beneficiar aqueles que teoricamente pretende beneficiar. De resto, no mínimo, esta tabela devia ser igual para os trabalhadores (IRS) e para as empresas (IRC). Na verdade, não compreendo porque razão os trabalhadores vêem a sua percentagem de imposto aumentar conforme aumentam os seus rendimentos (quantas vezes são aumentados e na prática não recebem mais nada), e as empresas têm uma taxa fixa seja qual for o montante dos seus lucros. Sendo que considero a taxa única muito mais justa e economicamente eficaz. Como quer que seja, voltando à questão central, se os objectivos do Estado, como objectivos desejáveis, podem ser matéria constitucional, não faz qualquer sentido que a Constituição determine o modo como esses objectivos devem ser atingidos, obrigando um país a ficar eternamente na *idade da pedra* política.

6 de Junho de 2011